

Taxa dos que faltam ao trabalho por doenças ligadas à falta de saneamento é de 39%, diz FGV

(Flávia Albuquerque)

2 de Abril de 2008 - 21h34

São Paulo - A taxa de trabalhadores que não têm acesso ao saneamento básico e que faltaram ao trabalho devido a doenças causadas diretamente pela falta de água tratada e rede de esgoto chegou a 39,57% em 2003, de acordo com a pesquisa Saneamento, Educação, Trabalho e Turismo.

O levantamento foi encomendado à Fundação Getúlio Vargas pelo Instituto Trata Brasil e seus resultados foram divulgados hoje (2) em São Paulo. Aqueles que deixaram de trabalhar e têm acesso ao saneamento básico são 21,8%. Segundo a pesquisa, a taxa de perda de atividade das pessoas que têm acesso a saneamento básico é 11,5% menor do que a daqueles que não têm acesso à rede de esgoto e à água tratada.

Quando o motivo da perda da atividade é relacionado a doenças como diarreia e vômitos, causas diretamente ligadas à falta de saneamento básico, o número sobe para 29,71%. Além de dados sobre o trabalho, a pesquisa abrangeu áreas como educação e turismo. No estudo, avaliou-se, por exemplo, a qualidade do acesso à coleta de esgoto e seus impactos na qualidade de vida e desenvolvimento da população de 24 pontos turísticos do país.

A pesquisa da FGV mostra ainda que, dos estudantes de zero a 17 anos de idade, que deixaram de realizar atividades nos 15 dias da pesquisa por motivos de saúde, 5,92% não tinham acesso à rede de esgoto e 5,99% tinha acesso ao serviço.

O estudo concluiu ainda que a nota dos estudantes que têm algum acesso à rede de saneamento básico em casa é 18% maior do que aqueles que não têm. Quando se analisa a existência dessa infra-estrutura na escola, a nota dos que têm acesso às instalações adequadas é 23,7% maior do que a da daqueles que não têm acesso nenhum.

Na avaliação do presidente do Instituto Trata Brasil, Luis Fernando Sartini Felli, os investimentos em saneamento básico nos últimos 20 anos não foram prioridade para as autoridades competentes.

“Saneamento básico não aparece, porque o cano fica enterrado, por isso não dá votos”, observou. Ele, no entanto, ressaltou que a mudança mais significativa, nesse cenário, foi o fato do governo federal ter destinado R\$ 40 bilhões para obras de saneamento dentro do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC).

Sartini Felli disse que, com isso, criam-se oportunidades para que as prefeituras elaborem projetos viáveis para saneamento básico. “O momento é muito produtivo e precisamos de bons projetos para que isso se encaminhe”, observou.

Felli ressaltou que as pessoas não reivindicam melhorias nessa área porque não entendem a dimensão do problema. “Quando se questiona uma dona-de-casa que tem na frente de sua casa uma vala a céu aberto sobre sua maior necessidade, ela responde que é posto de saúde, porque seus filhos ficam doentes. O que ela não se dá conta é de que as crianças ficam doentes porque tem uma vala na frente da casa”, lamentou. Ele disse ainda que projetos de saneamento básico devem ter continuidade por serem de longo prazo.

O coordenador da pesquisa e chefe do Centro de Políticas Sociais da FGV, Marcelo Néri, afirmou que, o investimento em saneamento pode gerar emprego e renda. “Mas para que isso se concretize, é preciso da intervenção pública. Nesse sentido, o que estamos propondo é uma iniciativa chamada uma privada decente por família. É muito importante que a população brasileira e os três níveis de governo se conscientizem da necessidade do saneamento”, disse.

Néri destacou que o trabalhador que adoecer por problemas relacionados à falta de saneamento básico tem um custo econômico para a empresa e, mesmo para o próprio trabalhador, que, muitas vezes, é informal, principalmente em famílias pobres.

“Então se ele não trabalha, ele não ganha. A família passa necessidade e aí inicia-se um ciclo: ele não tem dinheiro para comprar remédio, não tem plano de saúde”, contou. Néri lembrou que, em geral, o trabalhador doente que é hospitalizado gera um custo muito maior do que se houvesse a prevenção às doenças. “Para investir em saneamento gasta-se um quarto dos recursos e as pessoas não sofrem no processo. Ou seja, é um exemplo da grande falha de política pública no Brasil que a gente nunca previne, só remedia”, lamentou.

